

Colômbia: um país em busca de si

por Rudá Ricci*

Colômbia, desde o final do ano passado, se constituiu numa atração especial para analistas políticos e para os que acompanham o cenário internacional. A libertação, pelas FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia), de reféns, movimentou discussões intensas em todo espectro ideológico. Em seguida, a resposta desastrosa do governo Álvaro Uribe, que gerou a morte de Raúl Reyes, o segundo nome do comando das FARC, alimentou ainda mais a tensão na região, promovendo discursos radicais de oposição à sua liderança por parte dos governos de esquerda da Venezuela, Bolívia e Equador. Reyes tinha como aliados Joaquín Gómez e Iván Ríos (nos segmentos menos moderados das FARC) e Iván Máquez, Pablo Catatumbo e Alfonso Cano (mais moderados). Também tinha influência e vínculos com os segmentos militarizados (como Fabián Ramírez e Carlos Losada). Portanto, era uma liderança com amplo trânsito político nas FARC. Reyes era apontado pela França, Espanha e Suíça como o pólo de negociação possível para a promoção da paz na Colômbia. Sua morte, portanto, interessa a quem deseja a guerra.

A Colômbia, infelizmente, é ainda uma incógnita para a maioria dos brasileiros, incluindo a grande imprensa. Recentemente, tive oportunidade de estar em diversos encontros e seminários acadêmicos com lideranças políticas e intelectuais da Colômbia. Os relatos foram objetivos e extremamente preocupantes.

Fábio Velásquez, da Fundação Foro Nacional pela Colômbia (<http://www.foro.org.co/>), traçou, num seminário sobre democracia na América Latina realizado em Guadalajara, um rico painel do país mais analisado no momento. Iniciou dizendo que, ao contrário do Brasil e Argentina, trata-se de um país unitário, não federado, marcado por ditaduras fortíssimas e divisão do país em guerrilhas e controle territorial de grupos paramilitares de direita, todos municiados pelo narcotráfico. Paradoxalmente, em 1986, a Colômbia iniciou uma reforma política que gerou grande descentralização e institucionalizou a participação popular (através de mais de 30 mecanismos e instrumentos legais). Um forte movimento municipalista fortaleceu o poder local. Tratava-se não de radicalizar a democracia, mas de criar uma alternativa à corrupção que assolava todo sistema político. O fato é que dez anos depois, grupos paramilitares começam a capturar as organizações locais, percebendo o movimento de descentralização. A costa leste do país passou a ser comandada por esta estrutura de extrema direita, com fortes raízes e relações com o Exército e o governo Uribe. No extremo oposto do país, das sete organizações guerrilheiras, restaram duas: FARC e ELN. Para Fábio, a Colômbia gerou um "clientelismo armado", enraizado e pulverizado. O narcotráfico também possui esta estrutura, ramificada, com diversos núcleos de comando, muito infiltrada em toda estrutura institucional da Colômbia. Não se trata mais de grandes cartéis (embora ainda existam), mas de uma rede de pequenos, médios e um ou outro grande grupo que se espalham pelo país.

* Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais, Diretor Geral do Instituto Cultiva, membro da executiva nacional do Fórum Brasil de Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia Participativa. E-mail: ruda@inet.com.br Site: www.cultiva.org.br Blog: <http://rudaricci.blogspot.com>

Outros intelectuais analisaram recentemente a crise colombiana. Na lista de discussão mais importante do terceiro setor do Brasil (3Setor@yahoogroups.com.br) circulou um texto em que se afirmava:

A crise que se abate sobre a Colômbia tem cerca de 50 anos. Desde 1946 com mortes em uma campanha presidencial, o país vive uma divisão sangrenta (...). As FARC nasceram nos anos 60 combatendo a miséria [a partir] dos ideais da revolução cubana e de Che, pela liberdade e o socialismo. Em meados dos anos 80 as FARC deixaram as armas e decidiram participar do processo eleitoral. Com um apoio popular foi organizado o movimento União Patriótica, que reunia representantes de vários movimentos sociais da Colômbia, trabalhadores, intelectuais, militantes populares e sindicalistas. A UP conquistou uma grande vitória, encerrando o domínio dos partidos Liberal e Conservador. Venceu em mais de 300 prefeituras, elegendo mais de 10 senadores e mais de 50 deputados. Durante a campanha o candidato a presidente foi morto a tiros em um comício. Após menos de um ano as elites e barões da droga com apoio dos EUA, infligiram uma guerra contra a UP e mais de 50% dos deputados e prefeitos eleitos foram assassinados. As FARC tiveram que reorientar sua política e voltar às selvas e a guerrilha. (...)

A central sindical CUT, por exemplo teve mais de 10 dirigentes assassinados nos últimos 6 anos. (...). Em um encontro internacional latino americano realizado em Niterói, há cerca de três anos, organizado por entidades sociais como o MST, o presidente do PCC - Partido Comunista da Colômbia, que é professor da Universidade em Bogotá, deu um depoimento de que ele só saía de casa, para reuniões, ou dar aulas com seguranças armados já que era constantemente vítima de ataques e ameaças contra a sua vida, já que tantos integrantes do partido e dos movimentos sociais tinham sido, seqüestrados, assassinados por esquadrões da morte.

Em outubro do ano passado, estive reunido com Guillermo Asprilla, militante político da Colômbia, que completou o cenário que procuro descrever. Asprilla afirmou que em 1991, com o pacto que gerou a Constituição Política da Colômbia, o movimento guerrilheiro M19 entregou suas armas e constituiu-se como partido. Conseguiu, em seguida, apenas 10% dos votos e desapareceu aos poucos. A partir de seu desaparecimento, todo pacto estabelecido pela Constituição de 91 (fundado no modelo de Estado de Bem-Estar Social Europeu, influenciado pelo municipalismo citado por Fábio Velásquez) foi esquecido pelo novo governo. Em seguida, implantaram-se iniciativas governamentais de tipo neoliberal e aflorou uma estrutura paramilitar que hoje ocupa toda costa leste e controla 33% do Congresso Nacional. Mesmo assim, citou experiências inovadoras, como as "Constituintes Locais".

Há quinze dias, o Foro Nacional por Colômbia divulgou nota pública, rechaçando a possibilidade de nova reeleição de Álvaro Uribe, que possui contraditoriamente, altos índices de popularidade. Diz a nota:

Hace un poco más de dos años, cuando se planteó la propuesta de reformar la Constitución de 1991 para permitir la reelección inmediata con nombre propio, Foro Nacional por Colombia emprendió, al igual que muchas otras organizaciones y personas de la sociedad civil, la tarea de oponerse a esa iniciativa por considerar que no contribuiría al propósito de avanzar en la búsqueda de una verdadera democracia para Colombia. Pensábamos, como lo hacemos ahora, que por más respaldo popular y apoyo de encuestas que tenga el mandatario de turno, no es con la entronización en el poder del presidente y de su clase política de apoyo como se solucionarán los problemas del país. Al contrario, consideramos necesario trabajar en el propósito de más largo plazo

de consolidar instituciones, normas y comportamientos democráticos en el Estado y en la Sociedad Civil que respondan a un proyecto de solidaridad, justicia, equidad y paz.

A tensão política colombiana chega, assim, a um ponto de ebulição imprevisível, agora envolvendo diretamente vários países vizinhos. As FARC têm, hoje, como reféns 800 civil, 23 políticos e 47 oficiais do Exército. Exigem a troca por mais de trezentos guerrilheiros presos.

Os segmentos e instituições mais equilibradas e comprometidas com a democracia da Colômbia ficam reféns, a partir de agora, de um jogo tenso entre países do Continente. Nunca o futuro da Colômbia esteve tão intimamente vinculado à geopolítica regional. Se antes, o governo norte-americano procurava ditar o futuro do país, a partir de fartos recursos injetados para “combate ao narcotráfico”, agora a polarização ideológica é evidente e radical. O país parece na ante-sala de mais uma profunda crise institucional, emoldurada pelas disputas internacionais de toda região vizinha. Uma situação que não interessa em nada aos colombianos. E tampouco ao Brasil.